

02 DEZ 1990

Dívida rediscutida

A questão da dívida externa brasileira será um dos principais assuntos a serem abordados pelos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos durante a visita que este último fará a Brasília nesta segunda-feira. Na verdade, o problema tem constado de todas as agendas presidenciais desde o início da década passada sem que, até hoje, tenha ocorrido um avanço substancial. Nem por isso, contudo, o tratamento a ser dado agora será protocolar ou burocrático já que começa a se estabelecer uma nova compreensão diante do processo de endividamento das nações semidesenvolvidas e das possibilidades de seu possível equacionamento.

Desde que o México deflagrou a série de colapsos das contas externas latino-americanas, em 1982, credores e devedores enveredaram pelo caminho dos paliativos e das soluções de curto prazo, que permitiram aos bancos e demais agências financiadoras receber parte dos juros devidos enquanto o principal e parte dos juros atrasados eram rolados. De sua parte, os devedores obtinham uma pequena e temporária diminuição dos pagamentos, mas deixavam de receber novos e necessários créditos. Assim, a situação logo voltava a se deteriorar pois os fatores estruturais não eram alvo das atenções nem dos credores nem dos devedores.

É esta percepção de que é preciso tratar dos elementos estruturais da dívida externa vendo-a no contexto econômico internacional, mas também e principalmente dos devedores, que abre perspecti-

vas de avanço nas negociações. As declarações formuladas a respeito pelo presidente norte-americano ontem, em Washington, são sintomáticas, como pode ser comprovado no noticiário de Economia desta edição.

De parte do governo brasileiro, o fato de que o atual presidente tenha assumido o cargo há menos de nove meses não significa inexperiência no trato do problema. Há na equipe econômica técnicos que participaram das negociações empreendidas no passado. O conceito de capacidade de pagamento que norteia as propostas do governo brasileiro é inovadora e viável — e não utópica como sugerem, no País e no exterior personalidades identificadas com os interesses dos credores precisamente porque foi formulada com base nos resultados das negociações anteriores. Já o desagrado dos bancos diante da perspectiva de se verem obrigados a não receber o montante dos créditos registrados em suas contabilidades e nos prazos previstos deve ser encarada com naturalidade.

Não se deve esperar que a visita do presidente dos EUA produza resultados imediatos, até porque o governo norte-americano não tem poder decisório significativo a respeito. O que poderá ocorrer é uma contribuição importante para que as instituições financeiras e outros agentes envolvidos com a questão da dívida percebam-na como realmente é: um problema que só pode ser resolvido através da colaboração entre as partes sem optar por posições de força de um lado ou de outro.